

---

# Revistas e editoras predadoras no campo da saúde: problemática e recomendações aos investigadores

*Revistas y editoriales depredadoras en el campo de la salud: problemática y recomendaciones para los investigadores*  
*Predatory journals and publishers in the health domain: problems and recommendations for researchers*

---

**Maria Luz ANTUNES (1), Carlos LOPES (2), Maria Manuel BORGES (3)**

(1) ESTeSL (Instituto Politécnico de Lisboa), Portugal, ORCID 0000-0003-0942-7601, mluz.antunes@estesl.ipl.pt.  
(2) APPsyCI – Applied Psychology Research Center Capabilities & Inclusion, Ispa-Instituto Universitário, Portugal, ORCID 0000-0002-6440-4739, clopes@ispa.pt. (3) Univ. Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, FLUC, Portugal, ORCID 0000-0002-7755-6168, mmb@fl.uc.pt

## Resumen

Se analiza la problemática de las revistas y editoriales depredadoras en el campo de la salud, identificando sus características y los conocimientos adquiridos. Se realizó una revisión de la literatura en salud indexada en ProQuest, PubMed, Scopus, SciELO y Web of Science a lo largo de 2020 y 2021 en marzo de 2022. Se constató la creciente preocupación por revistas y editoriales depredadoras en los últimos años, especialmente a partir de 2015 y confirmada a partir de 2017. Las cifras de 2021 y primeros meses de 2022 acompañan esta escalada. Web of Science, Scopus y PubMed son las bases de datos que muestran una clara preocupación por las ciencias de la salud. Como conclusión, la presión por publicar y la dificultad para distinguir la revista legítima de la ilegítima propician un ambiente favorable a la proliferación de publicaciones cuestionables. Los investigadores deben tomar una postura exigente e informada en interés de la confiabilidad de la ciencia, desarrollando buenas prácticas de investigación, evitando la inclusión de datos falsos, plagiados o manipulados, que perjudiquen la calidad de los resultados y conclusiones, influyendo negativamente en la evidencia científica, la práctica clínica y, en última instancia, los pacientes.

**Palabras clave:** Revistas depredadoras. Editoriales depredadoras. Ciencias de la salud. Investigadores. Producción científica. Estados de la cuestión. Ética de la investigación.

## 1. Introdução

A publicação dos resultados de investigação numa boa revista científica exige tempo e recursos, desde o processo de submissão até à publicação. Existem muitos obstáculos na publicação, sendo que alguns são inerentes ao processo em si. Ao invés de destacar a ciência produzida ou o papel do investigador, o processo de investigação pode realçar as lacunas do conhecimento. Em países de baixos e médios rendimentos, a investigação pode ser um poderoso instrumento

## Abstract

The problem of predatory journals and publishers in the health field is analyzed, identifying characteristics and the insights acquired. A review of health literature indexed in ProQuest, PubMed, Scopus, SciELO, and Web of Science was conducted in 2020 and 2021. The data survey was confirmed in March 2022. The analysis allowed the characterization of the phenomenon and verify the negative effects on the health sciences, and therefore a set of recommendations was written for the researchers. A growing apprehension with predatory journals and publishers was evidenced over the past few years, especially from 2015 and confirmed since 2017. Figures for 2021 and the first months of 2022 follow this increase. The Web of Science, Scopus, and PubMed are the databases that show a notorious concern with health sciences. The pressure to publish, and the difficulty in discerning legitimate journals from the illegitimate one foster a favorable environment for the proliferation of questionable publications. Researchers should assume good research practices in a demanding and informed attitude on behalf of the reliability of science, by avoiding the inclusion of false, plagiarized, or manipulated data, which damage the quality of the results and conclusions, influencing scientific evidence, clinical practice, and ultimately the patients, in a negative way.

**Keywords:** Predatory journals. Predatory publishers. Health sciences. Researchers. Scientific production. Literature review. Research ethics.

para avaliar os problemas de saúde, mas também para desenvolver soluções inovadoras de reforço aos sistemas de saúde. A comunicação da investigação baseada na prática e na evidência é benéfica para os profissionais de saúde, ajudando-os no exercício clínico de modo crítico e profissional.

O acesso aberto às publicações científicas para disseminação da investigação produziu, além de títulos de elevada qualidade, outras de qualidade duvidosa, comumente designadas como

predadoras (Panjikaran, & Mathew, 2020; Shamseer et al., 2017). O fenômeno das revistas predadoras surgiu há alguns anos, quando as revistas começaram a cobrar aos autores uma taxa de publicação – *article processing charges* (APC). O seu crescimento também foi facilitado pela transição das revistas impressas para as revistas eletrônicas, alterando o modelo de receitas nas revistas impressas (e.g., o declínio da publicidade da indústria farmacêutica). A alteração do modelo de negócio dos editores iniciado pela Public Library of Science (PLOS), que imputa os custos ao autor em vez do leitor, está na origem dos APC. Uma das razões por que as revistas conceituadas passaram a utilizar um modelo de pagamento por publicação foi o conceito de que a cobrança de assinatura era injusta para os investigadores de médios e baixos rendimentos, envolvendo valores que dificilmente poderiam assegurar, levando os temas de investigação a ser desviados para temas do interesse dos investigadores dos países mais ricos (Vakil, 2019). A ideia de transferir os custos de publicação do leitor para o autor trouxe também resultados inesperados. Surgiram muitas revistas, após o ano 2000, prometendo uma publicação rápida, taxas de aceitação elevadas e reduzidos APC aos autores. Este cenário atraiu os investigadores de países de médios e baixos rendimentos, pressionados para publicar com regularidade, mas sem recursos para pagar os elevados APC das revistas mais respeitadas e reputadas.

Em 2015 estimava-se a existência de cerca de dez mil revistas predadoras em todo o mundo (Shen & Björk, 2015). Crê-se que este número possa ter aumentado, mas nunca será exato, porque se trata de uma epidemia crescente (Chawla, 2020).

A ignorância, a falta de conhecimento e a falta de sensibilização sobre as práticas predadoras de revistas e editoras pode levar os investigadores a submeter manuscritos. São diariamente sobrecarregados com *emails*, convidando-os a submeter os seus trabalhos em revistas, a maioria com títulos desconhecidos, mas de aparência robusta e consistente, evocando alto prestígio internacional, promessas de um fator de impacto atraente e de publicação rápida. Pressionados pelo imperativo de publicar (*publish or perish*), os investigadores hesitam e muitas vezes acabam por concordar em submeter os seus trabalhos sem ler atentamente o que assinam, sem verificar a autenticidade do *website* da revista e esquecendo que, com o desenvolvimento tecnológico atual, é muito fácil simular uma imagem credível na Internet. Este fenômeno tem uma designação: são revistas e editoras predadoras. As más experiências são, infelizmente, muitas.

Em 2008, Jeffrey Beall, bibliotecário e Professor Associado da Universidade do Colorado, tomou consciência do número crescente de revistas questionáveis, tendo-as designado por revistas predadoras. Criou, em 2011, a lista Beall, utilizando critérios para determinar se uma revista era uma potencial, possível ou provável revista predadora e monitorizando-as. Passou a incluir uma lista de métricas cuja função era listar empresas que geram e exibem fatores de impacto fraudulentos e falsificados usados para enganar os investigadores e para os fazer pensar que as revistas eram legítimas. Elencou também uma lista de revistas 'enganosas', isto é, uma lista de revistas que utilizam *websites* duplicados falsos que imitam exatamente a página *web* da revista legítima para enganar os investigadores, ignorando estes que estão a submeter o seu manuscrito para uma revista predadora. Embora criticada por alguns como sendo, por vezes, inexata e injusta, a lista foi considerada por muitos autores como uma lista fiável e como uma forma de determinar a legitimidade de uma revista ou de uma editora.

Infelizmente, o projeto de Beall foi abandonado em janeiro de 2017 pelas pressões de editores, grupos editoriais, até pela sua universidade e pelos investigadores com um ponto fraco (aqueles cujos trabalhos são recusados por revistas de prestígio) (Vakil, 2019). Na sua opinião, o futuro da publicação científica reside nos repositórios onde, após a revisão pelos pares, os editores depositam *preprints* confirmados como sendo metodologicamente sólidos, inovadores, científicos e importantes para a sua área do conhecimento (Beall, 2017). A lista de Beall, porém, continua a ser consultada, a servir de validador (Mimouni et al., 2017) e a ser atualizada (última atualização data de dezembro de 2021: <https://beallslist.net/>).

A investigação sobre esta matéria é ainda insuficiente, mas já apresenta resultados. O estudo realizado por Shen e Björk (2015) examinou as características dos artigos publicados em revistas predadoras, escolhendo aleatoriamente 613 revistas da lista de Beall – 45% das revistas eram originárias da Ásia (e destas, 27% da Índia) e África, 25% da América do Norte e Europa; mais de três quartos dos autores eram da Ásia e de África. O valor médio de APC era de 178 dólares, enquanto o das revistas de acesso livre de boa reputação pode alcançar vários milhares de dólares. O tempo médio desde a submissão até à publicação para revistas de todas as disciplinas foi de 2,7 meses, prazo substancialmente inferior aos mais de doze meses para outras revistas de acesso livre, que seguem rigorosos processos de revisão pelos pares (Björk & Solomon, 2013).

Um artigo mais recente, publicado em 2017, contesta a opinião de que a maioria dos autores publicados em revistas predadoras provém de países menos desenvolvidos. Este estudo examinou quase 2.000 artigos em mais de 200 revistas consideradas predadoras de acordo com a lista de Beall e verificou que mais de metade dos autores eram provenientes de países de médios ou elevados rendimentos, porque também eles são atraídos para publicar (Moher et al., 2017). Mesmo que a maioria das revistas predadoras esteja localizada em países em desenvolvimento, nomeadamente na Índia e na Turquia, muitas são editadas nos EUA e noutros países ocidentais. A utilização de revistas predadoras espalhou-se por todo o mundo: dos 193 países que integram as Nações Unidas, investigadores de 146 países já publicaram em revistas predadoras (Demir, 2018).

Apesar de alvo de crescente atenção nos anos mais recentes, parece, contudo, não haver ainda uma definição consensual e operacional das características que identificam revistas e editoras predadoras. Esta ausência dificulta ainda mais a identificação exata de umas e outras, bem como a avaliação do problema. Sem uma definição, as instituições académicas e as agências financiadoras de investigação veem a sua tarefa dificultada na elaboração de diretrizes orientadoras.

Predatory journals and publishers are entities that prioritize self-interest at the expense of scholarship and are characterized by false or misleading information, deviation from best editorial and publication practices, a lack of transparency, and/or the use of aggressive and indiscriminate solicitation practices

é uma definição recente e que descreve a problemática (Grudniewicz et al., 2019, p. 211).

Nas ciências da saúde, campo do saber em análise no presente estudo, a tendência de investigar e publicar para fins académicos e profissionais pode comprometer a prática clínica e genericamente a investigação (Mathew et al., 2021; Richtig et al., 2018). A qualidade da comunicação académica e científica está em risco: para os investigadores, instituições académicas e agências financiadoras, cuja credibilidade pode ser posta em causa, mas também para os doentes que consentiram em dar o seu tempo e os seus dados na esperança de contribuir para o diagnóstico, terapêutica, cuidados clínicos, mas também para a ciência (Cukier et al., 2020).

Como identificar os perigos das revistas e das editoras predadoras na saúde? Sendo, à partida, o lucro financeiro a sua motivação, podem conduzir a práticas clínicas inseguras, podendo comprometer o conhecimento em ciência e na medicina (Shamseer et al., 2017), porque recompensam

comportamentos antiéticos e não científicos, como o plágio, a falsificação de dados e a manipulação de imagens.

Face ao exposto, e a partir de uma revisão da literatura, o objetivo do presente estudo é analisar a problemática de revistas e editoras predadoras no campo da saúde, caracterizá-las de acordo com questões editoriais, de preservação e de divulgação e apresentar um conjunto de recomendações destinadas aos investigadores.

## 2. Métodos

Para realizar a revisão da literatura procedeu-se ao levantamento da literatura publicada e indexada sobre a problemática em análise. Procedeu-se a uma pesquisa em várias bases de dados: PubMed, ProQuest, Scopus, SciELO e Web of Science.

O levantamento da informação para a revisão da literatura foi efetuado ao longo de 2020 e 2021. Os dados foram confirmados em final de março de 2022 (Tabela I).

Base de dados	Search string
ProQuest	("predatory journals").su OR ("predatory publishers").su
PubMed	(predatory journals[Title/Abstract]) OR (predatory publishers[Title/Abstract])
SciELO	("predatory journals").all OR ("predatory publishers").all
Scopus	TITLE-ABS-KEY ("predatory journals") OR TITLE-ABS-KEY ("predatory publishers")
Web of Science	TS=("predatory journals") OR TS=("predatory publishers")

Tabela I. Equações de pesquisa usadas em cada base de dados

A análise da literatura recuperada permitiu visualizar a associação entre revistas e editoras predadoras e as publicações científicas da área da saúde, elencar os receios dos investigadores, caracterizar o fenómeno e avaliar os seus efeitos negativos na comunicação científica em saúde. Para finalizar redigiu-se um conjunto de recomendações orientadoras para os investigadores.

## 3. Resultados

A pesquisa nas bases de dados produziu os resultados representados na Figura 1, em que a ProQuest se destaca com 39% do total.

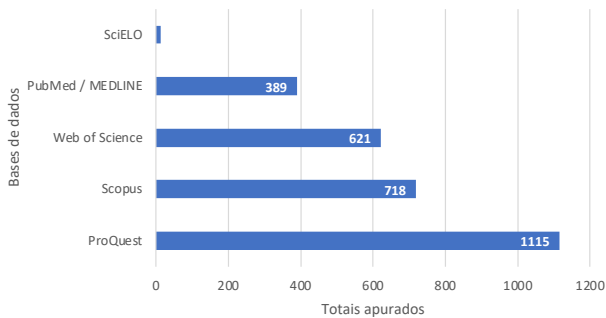


Figura 1. Total de resultados indexados nas bases de dados pesquisadas (dados 31/março/2022)

A Figura 2 apresenta a distribuição dos resultados por ano de publicação e por base de dados. Os resultados apontam para a crescente apreensão evidenciada com revistas e editoras predadoras ao longo dos últimos anos, em especial a partir de 2015, confirmando-se de 2017 em diante. Também os números de 2021 revelam a maturidade desta preocupação.

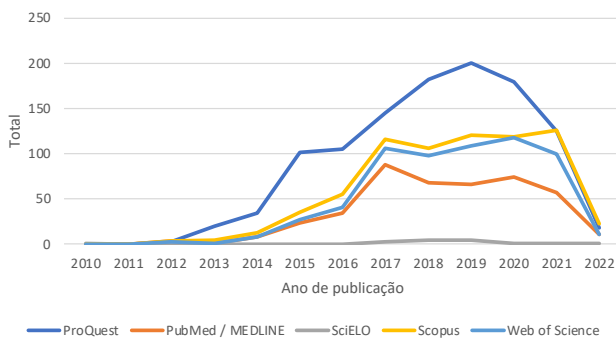


Figura 2. A representação das revistas e editoras predadoras refletida nos resultados por base de dados e por ano de publicação (31/março/2022)

A análise da literatura científica recuperada permitiu identificar um conjunto de categorias que caracterizam as revistas e editoras predadoras (Tabela II), designadamente:

#### Questões editoriais

Uso de títulos estabelecidos, respeitados e atraentes, como Global, International, Universal, Asian, American, European (Masten, & Ashcraft, 2016).

A maioria das revistas/editoras predadoras é desenvolvida por uma pessoa e um computador.

O âmbito de publicação não é claro ou é apresentado de forma vaga – grande variedade de temas e um âmbito multidisciplinar para atrair investigadores de todas as disciplinas.

Publicação de artigos que extrapolam o âmbito da revista.

Elevada taxa de aceitação de artigos.

Advoga-se um carácter internacional, mas publicam-se poucos artigos de autores conhecidos ou internacionais.

Uso do ISSN para provar que se trata de uma revista de investigação – erro crasso, porque este identifica revistas, tem efeitos administrativos e logísticos, mas não reflete a qualidade de qualquer revista (Sharma, & Verma, 2018).

#### Direitos de autor / Article Processing Charges (APC)

Os autores são obrigados a transferir os seus direitos, apesar de se advogar o acesso aberto.

É garantida a aceitação da publicação, um ciclo de revisão curto e rápido (entre um dia e uma semana), um processo de publicação também rápido e fácil, com pouco ou nenhum controlo de qualidade, incluindo investigação falsa e artigos sem sentido (Dadkhah, & Bianciardi, 2016).

APC são maioritariamente ocultados e exigem-se pagamentos após a aceitação dos manuscritos.

Quando a sua verdadeira natureza é descoberta, algumas revistas recusam-se a retirar os artigos a pedido do autor, cobrando uma taxa pela sua remoção.

#### Conselho Editorial / Revisão por pares

Conselho Editorial diminuto ou a anunciar brevemente.

Os nomes do Conselho Editorial não correspondem a investigadores conhecidos, ainda que se afirme o contrário. Integração de um elevado número de membros de diferentes países para dar à revista um aspeto internacional, mas sem informação sobre a designação e afiliação (Beall, 2013; Dadkhah, & Bianciardi, 2016).

O editor-in-chief é também o editor-in-chief de muitas outras revistas de temáticas aproximadas ou do mesmo grupo editorial.

Inclusão de nomes de investigadores reais, sem o seu consentimento, nos seus conselhos editoriais para ganhar credibilidade (Sorokowski et al., 2017).

#### Indexação, preservação e arquivo

É assumida a indexação dos trabalhos em bases de dados de renome, como PubMed, MEDLINE, Directory of Open Access Journals (DOAJ) ou Web of Science, imitando o logotipo e aplicando-o no seu website.

Declarações enganosas ou falsas, nomeadamente sobre um falso e elevado fator de impacto, como um Scientific Journal Impact Factor, Global Impact Factor, Journal Impact Factor ou um Universal Impact Factor (Jalalian, 2015).

Não é apresentada informação sobre a preservação digital dos artigos (Masten, & Ashcraft, 2016).

#### Comunicação e Disseminação

A gestão é feita a partir de um website altamente sofisticado com um visual e estética à imagem do das revistas/editoras indexadas de renome.

Sinais de alerta dos websites: proliferam significativos erros ortográficos e gramaticais.

Colocação fraudulenta do logotipo do Committee on Publication Ethics (COPE) no website.

A forma de contacto para alguns websites é o número de um apartado postal (Vakil, 2019).

Uso de endereços de email de fornecedores gratuitos de emails (gmail, yahoo, etc.).

Envio de emails de spam de forma massiva, fazendo campanhas agressivas para que os investigadores enviem manuscritos ou para que sejam incluídos nos conselhos editoriais (Beall, 2013; Dadkhah, & Bianciardi, 2016; Bavdekar et al., 2021).

Convites, por email, para a submissão de manuscritos para as próximas 'edições especiais', sobretudo se ultrapassam o âmbito (quando identificado) da revista.

Envio de convites frequentes, também por email, para recrutar interessados em proferir palestras ou para integrar conselhos de revisores em revistas (Dadkhah, & Bianciardi, 2016).

Locais de publicação falsos que afirmam estar localizados em Londres, por exemplo, quando na verdade estão localizados no sul da Ásia (Bhattacharya et al., 2019).

#### Tabela II. Características de identificação de revistas e editoras predadoras

## 4. Discussão

A revisão da literatura realizada permitiu identificar um conjunto de categorias que caracterizam revistas e editoras predadoras (e.g., questões

editoriais; direitos de autor / *article processing charges* (APC); conselho editorial / revisão por pares; indexação, preservação e arquivo; comunicação e disseminação), características que podem influenciar negativamente a investigação no campo da saúde.

#### 4.1. Problemática

Face ao crescimento exponencial das revistas científicas no campo da saúde, os investigadores deverão ponderar de forma cuidadosa a escolha da revista em que os resultados dos seus estudos são divulgados. As revistas predadoras podem parecer atrativas, mas não são realmente recomendáveis: o tratamento *such-speedy* não é suficiente para uma revisão adequada e também não há garantias de que a publicação sobreviva no campo editorial durante muito tempo (Masic, 2021). É desejável que os investigadores da saúde só trabalhem com revistas de qualidade reconhecida, indexadas em bases de dados (e.g., MEDLINE/PubMed, Scopus, Web of Science, Embase, DOAJ, entre outras).

Como pode a investigação em saúde ser influenciada por revistas e editoras predadoras? Este tipo de publicação é de imediato disponibilizado ao público através da Internet. Se revistas e editoras predadoras não estiverem indexadas, a investigação permanece inacessível para os potenciais interessados e é inútil para a comunidade científica. Um investigador mais inexperiente sente-se desmotivado, mas o descrédito junto dos pares é inevitável. O estudo de Clark e Smith (2015) destaca que as revistas predadoras têm uma natureza transitória, alteram frequentemente o seu domínio na *web*, ocasionando a perda de artigos legítimos e, quiçá, valiosos para a medicina. Por outro lado, como o processo de revisão por pares é falível, também a ética do processo o é. Como referem Sharma e Verma (2018), alguns dos revisores podem roubar as ideias originais dos autores, violando a confidencialidade da submissão de manuscritos, atrasando propositadamente o processo de publicação de modo a poder publicar a sua própria investigação sobre a matéria.

Por conseguinte, citar um trabalho publicado numa revista predadora é, no campo da saúde, matéria de reflexão. Para evitar potenciais conflitos de interesse, as revistas predadoras limitam a acessibilidade aos artigos publicados, encriptando-os, tornando-os inacessíveis, mas visíveis em alguns motores de busca. Forero et al. (2018) e Mathew et al. (2021) receiam que muitos destes artigos possam não ser rastreados, permanecendo os seus resultados inacessíveis e, assim, serem inúteis à ciência e ao bem-estar social. O

estudo de Rydholm (2017) acrescenta ainda que, no âmbito de um doutoramento ou de um pedido de financiamento, a citação de artigos publicados em revistas predadoras não é considerada.

Quando as revistas predadoras permanecem confinadas ao seu *website*, a possibilidade de os investigadores acederem aos seus conteúdos é muito baixa. O problema é, contudo, grave quando passam a ser indexadas numa base de dados que é reputada como a melhor do mundo no campo da saúde.

Em saúde pública, onde profissionais e decisores políticos confiam em provas empíricas válidas publicadas em revistas científicas, publicações desta natureza podem distorcer a evidência científica e influenciar políticas e práticas, causando potenciais danos à população. A integridade e utilidade de bases de dados como a PubMed e a Scopus, credíveis enquanto fontes de investigação, estão agora a ser postas em causa, porque começam a contaminar-se com artigos de qualidade questionável provenientes de revistas predadoras. Alguns estudos da Universidade de Sassari (Manca et al., 2017b, 2017c) investigaram as revistas predadoras da lista de Beall nas áreas da reabilitação e das neurociências. Constataram que sete das 59 revistas de reabilitação (Manca et al., 2017b) e catorze das 87 revistas das neurociências e da neurologia (Manca et al., 2017c) estavam igualmente indexadas na PubMed. Assim, a PubMed indexa também artigos publicados por potenciais revistas predadoras, sendo que a sua percentagem aumentou significativamente em apenas um ano. O estudo de Manca et al. (2017a) refere que, em 2016, entre 11% e 20% das revistas indexadas na PubMed nas áreas da reabilitação, neurociência e neurologia eram revistas potencialmente predadoras, enquanto em 2017, de acordo com Dal-Ré e Marušić (2019), essa percentagem aumentou para 16-25%. Na medicina de cuidados intensivos, o estudo de Cortegiani et al. (2019) encontrou duas revistas da lista de Beall indexadas na Scopus. Desta forma, parece que é cada vez mais difícil distinguir os artigos publicados em revistas predadoras, na medida em que estas estão progressivamente a inserir-se em recursos de informação confiáveis, como a PubMed ou a Scopus (Allen, 2021; Macháček, & Srholec, 2021; Manca et al., 2020).

Muitas universidades e agências de financiamento consideram a indexação de uma revista numa base de dados como a PubMed e a Scopus como um indicador de qualidade e de integridade quando se avalia a produção científica de um investigador ou de um professor universitário. Por sua vez, estes também pesquisam nestas mesmas bases de dados para localizar trabalhos

relacionados com a sua área de investigação. Severin e Low (2019) receiam que citando artigos publicados em revistas cientificamente questionáveis, a reputação dos investigadores correrá o risco de sofrer tantos danos como se fossem os autores dessas publicações.

Uma das formas de abordar este problema nas ciências da saúde é, de acordo com Moher et al. (2015), organizar uma lista de revistas fidedignas por especialidade. Os urologistas adotaram esta abordagem e criaram uma 'lista verde' de revistas credíveis e de renome na sua especialidade (Wo, 2017). Em dezembro de 2018 havia 58 revistas incluídas na *Urology Green List*, todas cumprindo critérios como, por exemplo, ser membro de uma organização científica ou profissional, ter uma editora e um conselho editorial fidedignos, assegurar uma submissão transparente de manuscritos e um processo de revisão por pares e ainda ser membro ou filiado na COPE (Urology Green List).

A literatura analisada assinala ainda outra preocupação: a possibilidade de os artigos publicados em revistas predadoras virem a integrar revisões sistemáticas ou *guidelines* de prática clínica, documentos que, por sua vez, influenciarão a prática clínica e as políticas de saúde (Cobey et al., 2019). Os investigadores dedicados a revisões sistemáticas precisam de uma atenção redobrada face a uma legitimidade manufaturada pelas revistas predadoras. A utilização de uma lista de verificação ou de uma ferramenta de avaliação crítica que assegure que apenas os artigos de alta qualidade sejam incluídos em investigação reduzirá o risco de incluir estudos de baixa qualidade, que potencialmente influenciarão resultados e conclusões (Munn et al., 2021; Rice et al., 2021; Ross-White et al., 2019).

#### 4.2. Recomendações aos investigadores

É aconselhável que sejam usadas as ferramentas disponíveis para reconhecer revistas e editoras predadoras antes de considerar a publicação em revistas de acesso aberto (Tabela III). Em caso de dúvidas, é importante analisar cuidadosamente o *website* considerando um conjunto de dados, que se descreve sob a forma de recomendações.

Qualquer que seja a sua natureza – recomendações, orientações ou guiões –, estes documentos devem ser traduzidos em vários idiomas, para além do inglês, de modo a permitir a sua visibilidade pelos investigadores. As listas existentes, que os investigadores consultam sempre que em dúvida, parece que nunca estão atualizadas dada a proliferação de títulos e *websites* – refira-se, a este propósito, o projeto da Biblioteca de

Ciências de la Salut, da Universidade de Valência, que mantém atualizada a ferramenta “On no publicar” (<https://airtable.com/shrrVPFpjf9oMLzdZ/tblRP5wUJfU83lbv5/viwf1pEaWN773Eb9r?backgroundColor=green>). De acordo com Rozencwajg et al. (2022), alimentar estas listas não é inútil, mas dever-se-á considerar que nunca serão nem completas nem atualizadas.

---

Título da publicação e possibilidade da sua manipulação artística.
Identificação do editor-in-chief e do conselho editorial com a respetiva afiliação profissional, bem como credenciais académicas adequadas ao âmbito de publicação da revista.
Verificar se o editor-in-chief assegura a mesma função noutras revistas do mesmo grupo editorial.
Identificação de instruções e diretrizes específicas e detalhadas aos autores.
Âmbito de publicação claro e objetivo.
Política e prática editoriais claras e objetivas.
Taxa de aceitação de artigos (e.g., verificar datas de submissão e aprovação dos artigos já publicados).
Internacionalidade dos autores (e.g., verificar a afiliação em cada artigo já publicado).
Oferta de descontos ou a isenção de pagamento de APC para investigadores em início de carreira ou para autores provenientes de países com baixos recursos financeiros e/ou em vias de desenvolvimento.
Fator de impacto legítimo (verificar os relatórios de citação das revistas e os rankings das revistas científicas).
Evidência da preservação digital dos conteúdos publicados.
Análise do website: publicidade, erros ortográficos e gramaticais, contactos reais (não apartados postais), se a construção é muito próxima à de outras revistas da mesma especialidade, etc.
Verificar se a revista ou a editora é membro da Open Access Scholarly Publishers Association (OASPA), do Committee on Publication Ethics (COPE) ou dos Scientific, Technical and Medical Publishers (STM).
Verificar se a revista integra o DOAJ, cujas 17.562 revistas assumiram um compromisso com a qualidade, o acesso aberto e a revisão pelos pares.
Verificar se a revista integra o Ulrich's Periodicals Directory.
Apresentação destacada do ISSN – a verificar no diretório de revistas da Ulrich.
Verificação da indexação dos seus artigos nas grandes bases de dados internacionais (e.g., MEDLINE/PubMed, Scopus, Web of Science).
Uso do link Think Check Submit, da Springer Nature ( <a href="https://thinkchecksubmit.org/">https://thinkchecksubmit.org/</a> ), enquanto estratégia de validação.
Uso da ferramenta criada pela biblioteca da Loyola Marymount University e que compreende 16 critérios de avaliação de revistas ( <a href="https://digitalcommons.lmu.edu/librarian_pubs/40/">https://digitalcommons.lmu.edu/librarian_pubs/40/</a> ).

---

*Tabela III. Recomendações de apoio aos investigadores*

Finalmente, o estudo de revistas e editoras predadoras deve ser acompanhado e continuado (Teixeira da Silva et al., 2021); só conhecendo o seu desempenho se conseguirão definir estratégias de atuação eficientes e eficazes nas ciências da saúde.

## 5. Conclusões

A revisão da literatura realizada refletiu sobre a influência nefasta de revistas e editoras predadoras na ciência. A pressão para publicar é, como demonstrado, um isco para revistas e editoras predadoras que vestem uma roupagem de organização reputada e eticamente irrepreensível,

criando o caos na comunidade científica. Os esforços para as combater precisam de ser constantes e adaptáveis. A ameaça é pouco provável que desapareça enquanto as universidades utilizarem o número de publicações que um professor/investigador publicou como critério de promoção na carreira. A cultura do *publish or perish*, a falta de conhecimento e a dificuldade em discernir a revista legítima da ilegítima fomentam um ambiente favorável à proliferação de publicações questionáveis.

Ao invés de proibir ou criar qualquer normativo de escrutínio de revistas e editoras predadoras, as instituições académicas e de investigação devem concentrar esforços na capacitação dos investigadores, isto é, ministrar formação concebida e dirigida para as pós-graduações e para os investigadores, permitindo-lhes um trabalho focado, transparente e autónomo.

Ao longo do presente estudo assinalaram-se as características que identificam revistas e editoras predadoras e que, sistematizadas, permitiram redigir um conjunto de recomendações para os investigadores.

Pode então concluir-se que no campo da saúde publicar em revistas e editoras predadoras significa um desperdício de dinheiro e uma perda de tempo valioso, mas também a perda de investigação legítima importante que poderia ser um marco no desenvolvimento das ciências médicas. Neste contexto, o investigador deve assumir um papel exigente e informado, no interesse da confiabilidade da sua produção científica. Um sistema de revisão por pares menos sólido, ou mesmo ausente, origina uma investigação pouco ética, com dados falsos, plagiados ou manipulados, prejudicando a qualidade dos resultados e das conclusões que influenciarão a evidência científica, a prática clínica e, em última análise, os doentes.

Enquanto limitações do estudo, pode referir-se a reflexão focada exclusivamente nas ciências da saúde. A partilha desta reflexão com as engenharias, área de estudos em que também é notória a pressão para publicar e em que os estudos têm uma vida mais curta, poderia enriquecer a discussão. Da mesma forma, poder-se-ia estabelecer uma análise paralela com as ciências sociais e as humanidades. Os autores são, por isso, de opinião que estas limitações podem abrir o caminho para investigações futuras.

Relativamente às linhas futuras do presente estudo, pretende-se:

- Analisar o percurso de conversão de revistas predadoras em revistas científicas, um processo que se começa a visualizar;

- Apurar as medidas e critérios atuais usados pelas bases de dados relativamente à problemática e como indexam estas revistas;
- Refletir sobre o espaço de citação que as revistas predadoras ocupam em revistas científicas de renome;
- Refletir sobre a notoriedade de revistas e editoras predadoras nas redes sociais, nichos que não devem ser ignorados nas ciências da saúde.

Revistas e editoras predadoras são meios enganadores e fraudulentos de divulgação da ciência; enquanto mediadoras da informação científica, quer as bibliotecas quer a academia devem permanecer vigilantes e providenciar a informação necessária para minimizar os seus efeitos nefastos.

## Notas

Programa de Doutoramento em Ciência da Informação (Universidade de Coimbra, Portugal).

## Referências

- Allen, Ryan M. (2021). When peril responds to plague: predatory journal engagement with COVID-19. // *Library Hi Tech*. 39:3, 746-760.
- Bavdekar, Sandeep; Saha, Shruti; Thatte, Urmila; Gogtay, Nithya (2021). An analysis of invitations for article submission received via emails. // *Indian Journal of Medical Ethics*. August 10. Online ahead of print. doi: 10.20529/IJME.2021.060
- Beall, Jeffrey (2013). Medical publishing triage-chronicling predatory open access publishers. // *Annals of Medicine and Surgery*. 2:2, 47-49.
- Beall, Jeffrey (2017). What I learned from predatory publishers. // *Biochemia Medica*. 27:2, 273-279.
- Bhattacharya, Sudip; Kumar, Raman; Vyas, Shaili; Singh, Amarjeet; Hossain, Md Mahbub; Marzo, Roy Rillera (2019). A holistic approach to remove the bottlenecks and to improve the quality of medical research in India. // *Journal of Family Medicine and Primary Care*. 8, 3469-3474.
- Björk, Christer; Solomon, David (2013). The publishing delay in scholarly peer-reviewed journals. // *Journal of Informetrics*. 7:4, 914-923.
- Chawla, Dalmeet (2020 June 23). Warning over coronavirus and predatory journals. // *Nature News*. <https://www.natureindex.com/news-blog/warning-over-coronavirus-predatory-journals-science-research-publishing> (2020-06-28)
- Clark, Jocelyn; Smith, Richard (2015). Firm action needed on predatory journals. // *BMJ*. 350, h210.
- Cobey, Kelly; Grudniewicz, Agnes; Lalu, Manoj; Rice, Danielle; Raffoul, Hana; Moher, David (2019). Knowledge and motivations of researchers publishing in presumed predatory journals: a survey. // *BMJ Open*. 9:3, e026516.
- Cortegiani, Andrea; Sanfilippo, Filippo; Tramarin, Jacopo; Giarratano, Antonino (2019). Predatory open-access publishing in critical care medicine. // *Journal of Critical Care*. 50, 247-249.
- Cukier, Samantha; Lalu, Manoj; Bryson, Gregory; Kobey, Kelly; Grudniewicz, Agnes; Moher, David (2020). Defining predatory journals and responding to the threat they pose:

- a modified Delphi consensus process. // *BMJ Open*. 10, e035561.
- Dal-Ré, R.; Marušić, A. (2019). Potential predatory journals are colonizing the ICMJE recommendations list of followers. // *Netherlands Journal of Medicine*. 77:2, 92-96.
- Dadkhah, Mehdi; Bianciardi, Giorgio (2016). Ranking predatory journals: solve the problem instead of removing it! // *Advanced Pharmaceutical Bulletin*. 6:1, 1-4.
- Demir, Selcuk (2018). Predatory journals: who publishes in them and why? // *Journal of Informetrics*. 12:4, 1296-1311.
- Forero, Diego; Oermann, Marilyn; Manca, Andrea; Deriu, Franca; Mendieta-Zerón, Hugo; Dadkhah, Mehdi; et al. (2018). Negative effects of "predatory" journals on global health research. // *Annals of Global Health*. 84:4, 584-589.
- Grudniewicz, Agnes; Moher, David; Cobey, Kelly; Bryson, Gregory; Cukier, Samantha; Allen, Kristiann; et al. (2019). Predatory journals: no definition, no defence. // *Nature*. 576:7786, 210-212.
- Jalalian, Mehrdad (2015). The story of fake impact factor companies and how we detected them. // *Electronic Physician*. 7:2, 1069-1072.
- Macháček, Vít; Srholec, Martin (2021). Predatory publishing in Scopus: evidence on cross-country differences. *Scientometrics*. 126:3, 1897-1921.
- Manca, Andrea; Cugusi, Lucia; Cortegiani, Andrea; Ingoglia, Giulia; Moher, David; Deriu, Franca. (2020). Predatory journals enter biomedical databases through public funding. // *BMJ*. 371, m4265.
- Manca, Andrea; Cugusi, Lucia; Dvir, Zeevi; Deriu, Franca (2017a). PubMed should raise the bar for journal inclusion. // *Lancet*. 390:10096, 734-735.
- Manca, Andrea; Martinez, Gianluca; Cugusi, Lucia; Dragone, Daniele; Mercurio, Giuseppe; Deriu, Franca (2017b). Predatory open access in rehabilitation. // *Archives of Physical Medicine and Rehabilitation*. 98:5, 1051-1056.
- Manca, Andrea; Martinez, Gianluca; Cugusi, Lucia; Dragone, Daniele; Dvir, Zeevi; Deriu, Franca (2017c). The surge of predatory open-access in neurosciences and neurology. // *Neuroscience*. 353, 166-173.
- Manca, Andrea; Moher, David; Cugusi, Lucia; Dvir, Zeevi; Deriu, Franca (2018). How predatory journals leak into PubMed. // *CMAJ*. 190:35, E1042-1045.
- Masic, Izet (2021). Predatory journals and publishers – Dilemmas: how to assess it and how to avoid it? // *Medical Archives*. 75:5, 328-334.
- Masten, Yondell; Ashcraft, Alyce (2016). The dark side of dissemination: traditional and open access versus predatory journals. // *Nursing Education Perspectives*. 37:5, 275-277.
- Mathew, Rishi; Patel, Vimal; Low, Gavin (2021). Predatory journals: the power of the predator versus the integrity of the honest. // *Current Problems in Diagnostic Radiology*. September 20. Online ahead of print. doi: 10.1067/j.cpradiol.2021.07.005
- Mimouni, Michael; Braun, Eyal; Mimouni, Francis; Mimouni, Daniel; Blumenthal, Eytan (2017). Beall's list removed: what stands between us and open access predators? // *American Journal of Medicine*. 130, e371-e372.
- Moher, David; Shamseer, Larissa; Cobey, Kelly; Lalu, Manoj; Galipeau, James; Avey, Marc; et al. (2017). Stop this waste of people, animals and money. // *Nature*. 549:7670, 23-25.
- Moher, David; Srivastava, Anubhav (2015). You are invited to submit... // *BMC Medicine*. 13, 180.
- Munn, Zachary; Barker, Timothy; Stern, Cindy; Pollock, Danielle; Ross-White, Amanda; Klugar, Miloslav; et al. (2021). Should I include studies from "predatory" journals in a systematic review? Interim guidance for systematic reviewers. // *JB Evidence Synthesis*. 19:8, 1915-1923.
- Panjikaran, Lloyd; Mathew, Aju (2020). Awareness of predatory publishing. // *ESMO Open*. 5, e000677.
- Rice, Danielle; Skidmore, Becky; Cobey, Kelly (2021). Dealing with predatory journal articles captured in systematic reviews. // *Systematic Reviews*. 10:1, 175.
- Richtig, G.; Berger, M.; Lange-Asschenfeldt, B.; Aberer, W.; Richtig, E. (2018). Problems and challenges of predatory journals. // *Journal of the European Academy of Dermatology and Venereology*. 32, 1441-1449.
- Ross-White, Amanda; Godfrey, Christina; Sears, Kimberley; Wilson, Rosemary (2019). Predatory publications in evidence syntheses. // *Journal of the Medical Library Association*. 107:1, 57-61.
- Rozencajg, Sacha; Peiffer-Smadja, Nathan; James, Arthur; Kantor, Elie (2022). Predatory journals in anaesthesiology and critical care: what to know and how to avoid pitfalls! // *European Journal of Anaesthesiology*. 39:4, 299-301.
- Rydholm, Anders (2017). Beware of predatory journals. // *Acta Orthopaedica*. 88:6, 576.
- Severin, Anna; Low, Nicola (2019). Readers beware! Predatory journals are infiltrating citation databases. // *International Journal of Public Health*. 64:8, 1123-1124.
- Shamseer, Larissa; Moher, David; Maduekwe, Onyi; Turner, Lucy; Barbour, Virginia; Burch, Rebecca; et al. (2017). Potential predatory and legitimate biomedical journals: can you tell the difference? A cross-sectional comparison. // *BMC Medicine*. 15:1, 28.
- Sharma, H.; Verma, S. (2018). Predatory journals: the rise of worthless biomedical science. // *Journal of Postgraduate Medicine*. 64:4, 226-231.
- Shen, Cenyu; Björk, Bo-Christer (2015). 'Predatory' open access: a longitudinal study of article volumes and market characteristics. // *BMC Medicine*. 13, 230.
- Sorokowski, Piotr; Kulczycki, Emanuel; Sorokowska, Agnieszka; Pisanski, Katarzyna (2017). Predatory journals recruit fake editor. // *Nature*. 543:7646, 481-483.
- Teixeira da Silva, Jaime; Dunleavy, Daniel; Moradzadeh, Mina; Eykens, Joshua (2021). A credit-like rating system to determine the legitimacy of scientific journals and publishers. // *Scientometrics*. 126, 8589-8616.
- Urology Green List. All about finding safe places to publish your urological research. <https://urologygreenlist.wordpress.com/> (2020-06-29)
- Vakil, Cathy (2019). Predatory journals: authors and readers beware. // *Canadian Family Physician*. 65:2, 92-94.
- Wo, Henry (2017). Predatory journals: outwit with a safe list. // *Nature*. 545:7655, 412.

---

Enviado: 2022-04-01. Segunda versão: 2022-09-26.  
 Aceptado: 2022-09-29.

---